

Moção

Os trabalhadores da **ARM – Águas e Resíduos da Madeira**, reunidos em plenário geral no dia 30 de Novembro com o objectivo de analisar a situação do processo negocial do AE, consideram que:

- Após oito reuniões de negociação a Administração, nas matérias salariais e pecuniárias, não se tem mostrado disponível para apresentar propostas que venham ao encontro das justas reivindicações dos trabalhadores;
- Os trabalhadores não têm actualizações salariais há já vários anos e a última proposta de tabela salarial apresentada pela Administração ficou muito aquém das possibilidades da empresa;
- A comissão negociadora sindical, dentro daquilo que foram as decisões dos últimos plenários, sempre se mostrou disponível para a negociação dos valores da tabela e dos respectivos enquadramentos;
- A Administração não aceita negociar a tabela nem fazer os enquadramentos, a não ser aos trabalhadores que estão abaixo do primeiro nível, para cada categoria;
- O Governo Regional nada tem feito para que os trabalhadores vejam melhoradas as suas condições de vida e de trabalho.

Assim, os trabalhadores da ARM decidem:

- 1. Exigir que a administração faça propostas que venham de encontro às legítimas expectativas dos trabalhadores, nomeadamente**
 - Uma tabela salarial que valorize o trabalho e os trabalhadores;
 - Um melhor enquadramento e reclassificação das suas carreiras profissionais;
 - Mais segurança e melhores condições de trabalho;
 - A passagem de todos os trabalhadores com vínculos de trabalho precário a vínculos de trabalho permanente;
 - Contratação de novos trabalhadores em falta em várias áreas na empresa.
- 2. Exigir que o Governo Regional e a Assembleia Legislativa Regional tomem todas as providências e medidas para que os trabalhadores tenham um real aumento do salário já em Janeiro de 2018, levando a que os trabalhadores recuperem o poder de compra perdido nos últimos anos, de forma a contribuir também para a economia regional;**
- 3. Mandatar a comissão negociadora sindical e o sindicato para, na eventualidade de a Administração, o Governo Regional e a Assembleia Legislativa Regional não responderem num curto espaço de tempo às justas reivindicações dos trabalhadores, convocarem as acções de luta que acharem mais convenientes em defesa das nossas justas aspirações.**

30 de Novembro de 2017
O Plenário